

Gênero, raça e classe: as estruturas das desigualdades

Carmen Silva

Bases das desigualdades

Para entender a desigualdade hoje existente é necessário pensarmos nas bases que constroem e solidificam o nosso modo de organização social. Precisamos entender em que moldes econômicos, culturais e políticos estruturam as relações sociais.

Quando falamos em *relações sociais*, estamos nos referindo aos modos predominantes de contato e trocas entre os grupos sociais. Essas relações sociais são construídas a partir de três elementos fundantes: classe, gênero e raça. Por isso, passaremos a discutir esses elementos separadamente, muito embora saibamos que, na vida cotidiana, eles existem de forma integrada.

Classes Sociais

Nos movimentos sociais existem distintas formas de compreender as classes sociais. Isso se expressa nos diferentes termos utilizados para se referir às pessoas que vivem com poucos recursos: *pobres*, *explorados*, *menos favorecidos*, *base*, *excluídos*, *em situação de vulnerabilidade*, entre outros. Algumas pessoas também utilizam o termo *classe social* para se referir a categorias profissionais como a “classe dos professores”.

Na mídia, é comum entender-se *classes sociais* a partir de níveis de renda e/ou de faixas de acesso a bens de consumo; esse tem sido o tom de muitas pesquisas nas áreas de Políticas Públicas e Pesquisa de Opinião. Embora possa ser útil em alguns momentos, essa forma de ver não lida com a noção de exploração e, portanto, não nos parece totalmente adequada como instrumento para compreender a estruturação das classes.

Na tradição política de esquerda, que foi predominante no Brasil até a década de 80, baseada no marxismo, as classes fundamentais no capitalismo se definem em relação à propriedade ou não dos meios de produção, ou seja: uma detém os meios de produção — a burguesia — e outra vende a sua força de trabalho — o proletariado. Nesta tradição de pensamento o conceito fundamental que explica a relação de classe é a exploração, isto é, a extração de mais-valia feita pela classe proprietária sobre a classe assalariada.

Essa forma de pensar as classes, embora seja correta do ponto de vista de compreender algumas relações econômicas, funcionou, entretanto, como uma simplificação da complexidade da realidade social. Como entender, do ponto de vista de classe, as especificidades do trabalho rural de um(a) pequeno(a) proprietário(a)? O que dizer do numeroso contingente de pessoas que trabalham por conta própria, fazendo biscates e que não vendem sua força de trabalho para um patrão?

Os estudos históricos, como os do historiador Edward Thompson, têm agregado outros elementos na conceituação de classe, a partir da discussão sobre experiência. Segundo ele, é na dinâmica histórica de organizar-se, constituir-se como uma classe em relação à outra, e na luta por direitos que a classe trabalhadora vai sendo formada enquanto tal. Podemos assim pensar

o processo político de se fazer classe, tornando-se sujeito de seus direitos, em confronto com uma outra classe. A classe trabalhadora pode então ser compreendida como um conjunto vivo que se movimenta por seus interesses coletivos e, nesse processo de movimentação, constrói seus direitos e sua identidade coletiva, fazendo-se sujeito no âmbito da ação política.

Relações Raciais

Na formação social brasileira, as relações raciais se articularam com as relações de exploração no processo de acumulação capitalista a partir do trabalho escravo imposto à população negra traficada da África. A compreensão histórica da associação dos elementos *classe*, referido aqui à desigualdade econômica, e *raça* permite entender o dado estatístico que mostra a maioria das pessoas negras no menor nível de renda do País.

O conceito de *raça* tem origem na biologia e foi criado e usado para fins de opressão e discriminação. A relação entre atributos e caracteres físicos, designativos de uma raça, e a condição mental e social das pessoas é uma ideia que serviu historicamente para a opressão sobre vários povos e foi especialmente utilizada nos processos de colonização dos países europeus na África, na Ásia e nas Américas.

Na formação social brasileira, essa ideia foi utilizada para justificar o trabalho forçado feito por pessoas vindas sequestradas da África e seus descendentes. Todavia, o movimento negro, nas décadas de 80 e 90 do século passado, ressignificaram politicamente a ideia de relações raciais, colocando publicamente a identidade de “ser negro/a” como constitutiva da luta por direitos para a população negra. Afirmaram a ‘força da raça’ a ‘dignidade da raça’, organizando-se como sujeito político.

Apesar de raça ser uma ideia e não uma consequência de caracteres biológicos, os caracteres biológicos específicos, como cor da pele, cabelo enrolado, lábios grossos, etc., existem na população negra, e as representações sociais sobre raça são usadas para classificar as pessoas e privá-las do exercício de direitos, além de favorecer poder e privilégios para pessoas brancas. A isto chama-se racismo.

Sentindo-se negras ou não, as pessoas de ascendência africana são discriminadas social, política e economicamente no Brasil, e, quanto mais escura for a pele, maior é o seu infortúnio. O racismo leva muita gente a acreditar que os problemas que sofrem as pessoas negras e pobres devem-se apenas à sua situação econômica, mas basta fazer uma comparação com a vida das pessoas negras que conseguem chegar à classe média para ver que não é totalmente assim.

As classificações de raça e as relações sociais racistas são constituintes da subjetividade, das normas e dos valores predominantes e oprimem de forma cotidiana às pessoas negras além de serem usadas para justificar sua exploração.

Relações Sociais de Gênero

Em certo sentido, a reflexão sobre relações raciais se assemelha à reflexão sobre gênero. Os aspectos biológicos e fisiológicos que constituem os sexos masculino e feminino são diferenças que estão nos nossos corpos, entretanto, a sociedade construiu ideias sobre essas diferenças, ideias nas quais se baseiam as relações sociais. Essas representações sociais sobre o que é masculino e feminino normatizam como devem ser as relações entre as pessoas e fazem isso a

partir de uma distribuição desigual de valor e de poder entre homens e mulheres, que contribuem para sustentar o mito da superioridade masculina.

Consideramos que as relações sociais de gênero são relações de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Essa percepção de diferenças é uma elaboração social hegemônica, e não um fato natural; ela está prenhe de sentido historicamente construído que hierarquiza as relações entre homens e mulheres na vida social, em detrimento das mulheres.

A construção social do gênero impacta negativamente na vida das mulheres porque fornece um substrato através do qual se consolidam — de forma diferente nos diversos tempos históricos e nas formações sociais — normas culturais que estruturam o lugar das mulheres como restrito ao espaço privado; mesmo atualmente, quando nós mulheres já temos maior inserção no espaço público, continuamos sendo vistas como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com crianças.

Essas normas culturais também impactam negativamente na produção da subjetividade, na noção que a pessoa tem de si mesma e do que considera satisfatório ou não nas suas relações pessoais e nas escolhas que organizam o seu cotidiano. Essas normas culturais baseadas na percepção das diferenças entre os sexos alimentam e são alimentadas, concomitantemente, pela normatização jurídica, pela linguagem, pela imagem midiática, pelo funcionamento regular de instituições como igrejas, famílias, escolas, etc.

Estruturação da desigualdade

As estruturas da sociedade têm seu processo de consolidação no âmbito da economia e da cultura. A economia é o processo de produção e socialização de bens materiais a partir da relação entre pessoas, e a cultura é o processo de produção e socialização de bens simbólicos que se dá a partir da relação entre pessoas. Ambas envolvem ato criativo e relações de poder.

No âmbito da economia, vivemos a apropriação da riqueza por alguns — que se expressa na acumulação capitalista, responsável pela produção da pobreza — e, no âmbito da cultura, vivemos a hegemonia de determinados modos de pensamento coletivo que se alimentam nas práticas cotidianas das instituições em detrimento da autonomia e do exercício de direitos das mulheres, das pessoas negras e dos pobres.

Na economia, o trabalho humano é o elemento central, pois é a partir dele que se produz riqueza, e a exploração do trabalho é o elemento-chave para a compreensão das desigualdades econômicas e das condições de possibilidade para a constituição da classe trabalhadora, isto é, para sua organização e ação em torno de interesses que a unifiquem e mobilizem.

No âmbito da cultura, ocorre a produção e a disseminação de bens simbólicos, como produtos ou modos de pensar, que vão conformando, desde a subjetividade, as relações pessoais até a produção artística, a mídia e a normatização jurídica. Nesse espaço, a opressão de gênero e raça, por sua permanência no tempo e penetração em todos os aspectos da vida e em todas as relações humanas, constrói “estruturas” que sustentam o modo de vida social, isto é, que operam cotidianamente no sentido de sua manutenção.

Rigorosamente, economia e cultura se separam apenas para efeito de reflexão, pois, no plano da vida real das pessoas, elas só existem articuladamente. As desigualdades entre homens e mulheres, pessoas brancas e negras, pobres e ricos (ou proprietários/as e trabalhadores/as)

são definidoras da vida social e estão estruturadas a partir das dimensões econômicas e culturais da dominação, ou seja, de exploração e opressão, de forma integrada.

As condições injustas às quais estão submetidas as mulheres, a população negra e a classe trabalhadora, como um todo, não ocorrem por acaso. *Gênero, Raça e Classe* são noções fundamentais para pensarmos a realidade social. Colocam-se como fontes explicativas da situação de injustiça e de ausência de direitos predominante em nossa sociedade.

Para entender a “mais-valia”¹

Para Carl Marx, são duas as características que distinguem o sistema capitalista de produção dos outros. A primeira, é que “esse regime cria seus produtos com o caráter de **mercadorias**. Mas o fato de produzir mercadorias não o distingue de outros regimes de produção; o que o distingue é a circunstância de que, nele, o próprio trabalhador aparece como vendedor de mercadorias e, portanto, como trabalhador livre assalariado e, por conseguinte, **o trabalho** aparece como trabalho assalariado com caráter geral”, isto é, o trabalho aparece como mais uma mercadoria a ser vendida. Marx acrescenta que “os agentes principais deste sistema de produção” são “o capitalista e o trabalhador assalariado”, mas que eles não passam das encarnações, personificações do “capital” e do “trabalho assalariado”.

A segunda característica específica do capitalismo “é a produção de mais-valia como finalidade direta e móvel determinante da produção”. O capital, diz Marx, “produz essencialmente capital”, ou seja, dinheiro/riqueza, produz dinheiro/riqueza e “para poder fazê-lo, não tem outro caminho a não ser produzir mais-valia”. Para Marx, somente a força de trabalho cria valor, pois o valor é energia humana socialmente cristalizada em objeto social. A acumulação de capital pelo capitalista só é possível pela expropriação, exploração da força de trabalho. Isto significa que o capitalista compra certa quantidade de força de trabalho do/a operário/a, mas faz com que ele/ela produza maior quantidade de valor do que aquela que lhe restituída através do salário. O segredo da acumulação de riqueza (capital) pelo/a capitalista é, portanto, a diferença entre o trabalho necessário para a reprodução da vida do/a operário/a (que lhe é pago por meio do salário) e o trabalho excedente que o/a trabalhador/a é obrigado a realizar (mas que não lhe é pago).

Exemplo: Uma costureira, que trabalha para uma fábrica de camisetas, produz 20 camisetas por dia. A costureira ganha um salário (R\$ 998,00) por mês. Se dividirmos este valor por 26 dias de trabalho, ela terá o dia de trabalho pago a R\$ 38,38 (trinta e oito reais e trinta e oito centavos). O dono da fábrica vende cada camiseta por R\$ 12,00 x 20 = R\$ 240,00. Descontados os impostos, as despesas e os R\$ 38,38 que ela paga para a costureira, ele fica mais ou menos com R\$ 150,00 livres. Esta é a MAIS-VALIA, ou seja, a diferença entre o que o dono da fábrica pagou à costureira e que ela “ganhou”.

Mais-valia absoluta: ocorre quando se aumenta a jornada de trabalho. Exemplo: a invés de trabalhar 8 horas por dia, a costureira trabalha 10 horas de segunda à sábado. No final da semana ela vai ter trabalhado 12 horas a mais e produzido 10 camisetas a mais.

Mais-valia relativa: ocorre do aumento da produtividade da força de trabalho através tecnologia da divisão do trabalho ou de utilização de máquinas. Exemplo: na mesma fábrica, o dono divide as costureiras por etapa. Uma equipe corta e outra costura. Isto aumenta a produção e diminui os gastos, pois quem só corta ganha menos e as costureiras vão “fechar” 40 camisetas ao dia. Outro exemplo: o dono da fábrica compra uma máquina de corte. Fica só com uma cortadora e despede as outras e aumenta seus lucros (mais-valia).

¹ Contribuição de Beth Ferreira